



**Business & Human Rights  
Resource Centre**



## O futuro dos Princípios Orientadores - Um roteiro para a próxima década Consultas com organizações da sociedade civil o Brasil

*9 Noviembre 2020*

O Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para direitos humanos fez uma parceria com o Centro de Informação sobre Empresas e Direitos para organizar consultas com organizações da sociedade civil o Brasil fazer um balanço da implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos na primeira década. Esta consulta foi realizada no âmbito do Projeto Conduta Empresarial Responsável na América Latina e no Caribe.

### **Quais os principais desafios pra garantir o respeito aos direitos humanos nas empresas no contexto atual?**

Se afirma que violações de direitos humanos que já aconteciam antes do Covid, se agravaram ainda mais durante a pandemia: conflitos de terra, despejos e reintegração de posse, conflitos com mineradoras, agro industrias, agentes do estados, defensores dos direitos humanos. Além disso ela discute alguns pontos que precisam ser levados em conta na próxima década:

- Transparência no espaço de tomadas de decisão, agrupando todos os atores envolvidos na temática da responsabilidade social das empresas;
- Fim da falta de responsabilidade das empresas apos terem provocado tragédias como a de Brumadinho, Belo Monte e Bacarena, através da implementação dos princípios orientadores;
- Fortalecimento do processo de consultas para que estas sejam adequadas e que as decisões sejam consentidas pela população local com relação aos projetos desenvolvidos na região amazônica;
- Contexto latino Americano - precisam ser reforçados os mecanismos que asseguram a proteção dos defensores de direitos humanos, haja visto a tendência geral de escalada de violência contra estes indivíduos, sobretudo em projetos de energia renovável, agricultura e mineração. Para tal, modificar a assimetria de poder existente entre a sociedade civil, empresas e o estado;

- Fortalecimento das instituições públicas de fiscalização e dos mecanismos explícitos de sanção nacionais e internacionais para violações de direitos humanos que ocorrem nas cadeias de produção de empresas

Ademais ela reforçou o contexto atual brasileiro: fragilização dos direitos humanos, protestos violentamente recebidos pela força pública e privada, ataques no congresso nacional colocando em risco o conceito de trabalho escravo e o enforcement das leis ambientais, fragilizando ainda mais a proteção dos direitos humanos. Julia também elaborou a ideia do peso que o agro negócio tem na tomada de decisão política do país, conseqüentemente precisa ser lembrado constantemente de sua responsabilidade social.

**Quais são as questões chaves, setores, temas ou motivações que devem ser priorizadas na próxima década para promover o respeito aos direitos humanos pelas empresas?**

Discutiu sobre a informalidade das pequenas e médias empresas alegando que são fundamentais para a economia, sobretudo como fonte de emprego e renda. De acordo com a OIT, em 2015, havia cerca de 510 milhões de Pequenas e Médias empresas no mundo em diferentes setores, com 91% delas operando no mercado informal, ou seja, trabalhos sem garantia aos benefícios sociais e respeito aos direitos humanos.

Essa situação é agravada por duas razões: pela exclusão de pequenas e médias empresas feita pelas grandes em suas cadeias de valor, a fim de evitar um risco econômico e de direitos humanos e pelo Covid, momento mais conturbado financeiramente para estas empresas menores. Ademais, ela ressaltou que na próxima década é preciso avançar no diálogo com relação ao papel das pequenas e médias empresas nas cadeias produtivas, fortalecendo e reforçando o respeito aos direitos humanos. Além disso, garantir que estas tenham relações comerciais estáveis com as grandes empresas, evitando serem vítimas da lógica de exclusão.

**Em termos concretos, o que será necessário para fazer progressos significativos nessas áreas prioritárias?**

Com o Covid, surge o desafio de olhar para o aumento da precariedade dos direitos humanos, sendo assim, essencial a revisão de políticas por parte das empresas e dos governos.

Ha 10 anos atrás as empresas ainda não sabiam o que eram os princípios, e que agora apesar de já estarem cientes, elas ainda não sabem como implementá-los, sugerindo um fato alarmante: o campo de direitos humanos ainda não foi criado no Brasil. As empresas, muitas vezes, não tem o que dizer pois não sabem como fazer a real observação do que se passa em suas cadeias produtivas.

E sugerido que os cursos de graduação deveriam ter como obrigação o ensino sobre os princípios orientadores. É necessário criar uma massa crítica que tenha informação técnica e qualificada para conversar sobre a sustentabilidade empresarial, precisamente do estagiário ao CEO.

Existe uma falta de transparência dentro das complexas cadeias de produção, uma vez que os contratos com empresas intermediárias não são conhecidos devido a questões de confidencialidade. Por conseguinte, os regulamentos de transparência obrigatórios devem ser adotados pelas empresas.

Alguns problemas mencionados são fragmentação do licenciamento ambiental, a desconsideração da convenção 69 e a descriminalização de defensores de direitos humanos no Brasil. Para a próxima década seria necessário superar esse marco que completa 10 anos. Seria interessante que estados nacionais implementassem normas vinculantes para essas empresas transnacionais no Norte e Nordeste e suas subsidiárias em toda a cadeia de valor. Existe a necessidade de imposições mais duras e reforçadas de sanções econômicas contra as empresas que violam os direitos humanos. Além disso, seria de grande valia se o Brasil ratificasse o acordo internacional de Escazú.